



Anais da Assembléia

Nº 64

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borseto; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Selame - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Gerakio Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 1997.
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppino, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 920-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei 177/97 que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Dr. João José Bigarella.

Sala das Sessões, em 07.05.97.
 (a) CEZAR SILVESTRI.

REQUERIMENTO Nº 923

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o plenário, que seja concedido Regime de Urgência, ao projeto de lei 156/95, que altera a redação do artigo 3º da Lei 11070/95, que cria o Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED.

O regime de Urgência para tal projeto se justifica pelo fato de que este vem sanar um erro técnico grave da lei 11070/95 que impede que esta seja aplicada.

Ora, o projeto de Lei 156/95, está parado na Diretoria de Apoio ao Plenário desde 30.05.95, e neste interregno de quase dois anos a referida lei também está inaplicável.

O regime de urgência se justifica também pela relevância da matéria, pois trata-se de sanar um vício da lei que cria o COPED (Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná), dando a este condições de composição e consequente funcionamento.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
 ÂNGELO VANHONI
 EMERSON NERONE
 DOUTOR ROSINHA e

IRINEU COLOMBO.

REQUERIMENTO Nº 922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 277/95 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Médio Paranapá - AMEPAR.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA.

REQUERIMENTO Nº 924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 174/97 de autoria do Deputado Horácio Rodrigues que visa conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Adolar Nicoluzzi.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do policial civil Aristeu Carnaval, ocorrido no último dia 06 na Cidade de Maringá, quando no exercício de suas funções em confronto com marginais foi atingido por disparos de armas de fogo.

Aristeu Carnaval, 44 anos, era o mais antigo policial da 9ª SDP, e Delegado do SINCLAPOL na Cidade de Maringá, era casado e deixa 5 filhos.

Seu passamento veio consternar os meios policiais de nosso Estado e de Maringá, onde desfrutava de grande estima pelas suas qualidades pessoais e capacidade de trabalho.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência a 9ª SDP/Maringá, ao SINCLAPOL/Maringá, ao SINCLAPOL/Curitiba, e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de pesar à família da Senhorita Débora Both pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A extinta era estudante da Universidade Estadual de Ponta Grossa e filha do Professor Ivo José Both, do Departamento de Educação e Coordenador do Curso de Mestrado em Educação daquela Universidade.

Este Parlamentar propõe que este Legislativo se solidarize com a família enlutada pela grande perda.

Endereço: Rua Lauro Marcondes Ferreira, 88 - Ponta Grossa - PR, CEP: 84015-630.

REQUERIMENTO Nº 929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Escritora Lucia Ceron, alusivos ao lançamento do livro "Momentos de Oração", no próximo dia 11 de maio corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência à homenagem, através de correspondência a ser encaminhada à

Rua Aparecido Bezerra Guedes s/nº, CEP: 86930-000, Município de São João do Ivaí - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 930

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio e Rosa Pacheco que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de cumprimentos ao Jornal O Paraná, da Cidade de Cascavel, pela ocasião da passagem de seus 21 anos de fundação, a ocorrer no dia 15 de maio.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Com 21 anos de fundação, o Jornal O Paraná traz consigo a própria história da região oeste do Estado. Circula nos mais diversos municípios paranaenses, levando informação e cultura de primeira qualidade. Merece, portanto, os votos de congratulações desta Casa de Leis, e o incentivo para que continue nesta linha de seriedade e eficiência por muitos anos.

REQUERIMENTO Nº 918

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, na qualidade de Presidentes das Comissões Permanentes de Segurança Pública e de Terras, Imigração e Colonização, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública - Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando cópia completa do Inquérito Policial instaurado pela Subdivisão Policial de Londrina para apurar os fatos ocorridos na Fazenda Borborema, no Município de Tamarana. Solicitam, ainda, que todos os depoimentos que venham a ser tomados na sequência do inquérito sejam encaminhados via fax para as citadas Comissões.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(aa) RICARDO CHAB

EDSON SILVA LINO

REQUERIMENTO Nº 919

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, na qualidade de Presidentes das Comissões Permanentes de Segurança Pública e de Terras, Imigração e Colonização, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça - Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, solicitando seja designado

um Procurador Especial para acompanhar o Inquérito Policial instaurado para apurar os fatos ocorridos na Fazenda Borborema, no Município de Tamarana.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(aa) RICARDO CHAB

EDSON SILVA LINO

REQUERIMENTO Nº 931

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Parque São Jorge, os quais solicitam a passagem da máquina e a colocação de saibro na Rua Nossa Senhora Aparecida, tendo em vista a mesma encontrar-se intransitável.

Solicitam ainda a troca de lâmpadas queimadas de 03 (três) postes existentes também nessa rua. Será de grande valia para os moradores o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 932

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Primavera, os quais solicitam reparos nas ruas desse bairro, tendo em vista as mesmas encontrarem-se intransitáveis. Pedem a passagem da máquina, bem como a colocação de saibro.

Toda a comunidade será beneficiada com o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 933

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Ipê, os quais solicitam a passagem da máquina e a colocação de saibro na Rua Pará de Minas, tendo em vista a mesma encontrar-se intransitável.

Toda a comunidade será beneficiada com o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 934

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido da Senhora Marlene Martins Maciel, residente na Rua Marrocos nº 190 - bairro Jardim Grazielle - Município de Almirante Tamandaré, a qual solicita providências quanto a queda de energia elétrica que ocorre diariamente nesse bairro. A queda ocorre por volta das 19:00 horas, ficando apenas meia fase, causando muitos transtornos a todos os moradores.

Sala das Sessões, em 07.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 935

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Ple-

não, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores na Avenida Santos Dumont - Roça Grande, os quais solicitam a colocação de uma placa proibindo jogar lixo em um terreno localizado ao lado do nº 3.200. Segundo os moradores o local foi transformado em depósito de lixo. Há caminhões que se dirigem ao terreno exclusivamente para descarregar lixo. A situação vem se agravando a cada dia, motivo pelo qual pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 07.05.97.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido do Vereador Thadeu Fieszt, do Município de Campo Largo, o qual solicita policiamento principalmente nos bairros da Ferraria e Jardim Guarany. É necessário o destacamento de pelo menos 15 (quinze) policiais, a liberação de 03 (três) viaturas e a construção de um Posto Policial nesses bairros para que se possa proporcionar segurança à população.

Inúmeros são os problemas existentes, porém um dos que vem causando transtornos é a alta velocidade desenvolvida pelos veículos nos horários de entrada e saída dos alunos das aulas. Com a atendimento do presente toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 07.05.97.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 937

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Campo Pequeno, os quais solicitam uma solução para o problema ocasionado quando a Prefeitura Municipal de Curitiba realizou a dragagem do Rio Atuba, que faz divisa com os Bairros Campo Pequeno - Colombo e Santa Cândida - Curitiba. As enchentes foram evitadas, porém ao se alargar o rio, a máquina descalçou a estrutura de uma das pontes para pedestres e a mesma desabou, prejudicando todas as pessoas que ali passavam para apanhar o ônibus do outro lado do rio, principalmente as crianças que estudam no Bairro Santa Cândida e agora transitam por ruas desertas e perigosas.

É necessário a construção de uma ponte para carros e a implantação de um ônibus alimentador para a região, não existente até hoje. Uma das opções para resolver o problema de ônibus seria a alteração do trajeto do ônibus Maracaná - Terminal Santa Cândida, ou do alimentador BANESTADO, que atualmente está fazendo o mesmo trajeto que o alimentador Olaria, circulando quase vazio e sem atender as pessoas que necessitam.

O ideal seria que os ônibus passassem pela Rua Quintino Bocaiuva, atravessando assim o bairro Campo Pequeno. Com o atendimento do presente, toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 07.05.97.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Programa de Adequação de Estradas Rurais, do Município de Fernandes Pinheiro.

A presente solicitação visa atender os agricultores das regiões mais distantes da sede do município, que encontram dificuldades no escoamento da safra agrícola, devido a má conservação das vias de acesso.

Sala das Sessões, em 07.05.97.
(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO Nº 942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Programa de Adequação de Estradas Rurais, do Município de Guamiranga.

A presente solicitação visa atender os agricultores das regiões mais distantes da sede do município, que encontram dificuldades no escoamento da safra agrícola, devido a má conservação das vias de acesso.

Sala das Sessões, em 07.05.97.
(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO Nº 887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, das seguintes informações:

Cópia de inteiro teor do processo que originou a autORIZAÇÃO nº 03/97, D.O. nº 4964.

Sala das Sessões, em 07.05.97.
(a) DR. ROSINHA.

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente.

O Deputado ue o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Augusto Canto Neto, Secretário de Estado de Obras Públicas, as seguintes informações:

1 - Cópia do contrato e aditivos assinados entre o DECOM e VIAPLAN Engenharia Ltda. (ref. extrato para a publicação nº 229/97 - D.O. nº 4981).

2 - Cópia do contrato e aditivos assinados entre o DECOM e OCLE Construções Elétricas Ltda. (ref. D.O. nº 4891).

Sala das Sessões, em 07.05.97.
(a) DR. ROSINHA.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 199/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O ingresso nas carreiras de Escrivão de Polícia, Investigador de Polícia e Datiloscopista, previstas no Artigo 13,7, da Lei Complementar nº 14/82, de 26 de maio de 1982, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 69/93, far-se-á mediante concurso público, exigido o terceiro grau de escolaridade.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.97.
(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei Complementar, em questão, possibilita o aperfeiçoamento da Polícia Judiciária no Estado do Paraná, através da exigência de terceiro grau para as carreiras de Escrivão de Polícia, Investigador de Polícia e Datiloscopista, nos moldes do que já ocorre nos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo e Distrito Federal.

A mesma norma já existe na Polícia Federal, cujas carreiras foram reorganizadas pela Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 1996, com idênticas exigências para Escrivão, Agente e Datiloscopista.

Tal medida trará, com certeza, além de uma melhor capacitação dos futuros integrantes da Entidade, traduzin-

do-se em uma prestação de serviços mais bem elaborada para a sociedade paranaense, o estímulo dos pretendentes aos cargos a buscarem o seu pleno desenvolvimento e qualificação.

Mercê da melhoria, não só da necessária retribuição salarial, a aptidão individual do policial civil compõe um quadro de segura evolução, predispondo a integração Polícia Comunitária, aspiração exequível e inquestionável a vislumbrar melhores dias para todos.

A presente iniciativa não acarretará nenhum ônus para os Cores Públicos.

PROJETO DE LEI Nº 200/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

A

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Educacional Lecristo, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 07.05.97

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI.

JUSTIFICATIVA:

Sociedade Educacional Lecristo, entidade sem fins lucrativos, fundada no dia 26 de maio de 1988, dedica-se ao apoio do ensino de 1º e 2º graus regulares, funcionando também como mantenedora do Colégio Centro Vocacional de Cristo, com sede nesta Capital, a rua Brasília Cuman, 997 - Butiatuvinha.

Suas atividades são exclusivamente desenvolvidas na área educacional, conforme demonstra o Relatório de Atividades de 1996.

PROJETO DE LEI Nº 201/97
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado Colégio Estadual Antonio Tortato - Ensino de 2º Grau, o atual Colégio Estadual de Paranacity - Ensino de 2º Grau.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.97

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Antonio Tortato, natural de Curitiba, onde nasceu no dia 20 de dezembro de 1934, faleceu em 03 de agosto de 1992.

No período de 1957 a 1963 foi professor de História e Geografia no Ginásio Estadual de Paranacity. Depois de desempenhar as funções de Secretário da Prefeitura Municipal de Paranacity, ocupou o cargo de Prefeito de 1969 a 1973.

Nesse período foi membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Municípios do Paraná (69/73), Presidente da Associação dos Municípios da Micro-Região de Nova Esperança (71) e 1º Vice-Presidente da Associação dos Municípios da região de Maringá e Nova Esperança (72).

Em Paranacity teve ainda destacada atuação como Diretor Secretário do Lyons Club, do Clube Parancitense de Recreação e Cultura e do Pindorama Clube de Campo.

Teve ainda publicados os seguintes trabalhos:

1964 - "Paranacity" - poema alusivo à origem do município.

1969 - "Sempre fica uma saudade" (trovas)

1970 - "Cantigas de vida breve" (trovas)

Participação em Entidades Literárias:

- Membro da Academia de Letras "José de Alencar" de Curitiba.
- Membro-correspondente da Academia Diocésia do Rio Grande do Norte.
- Membro da União Brasileira de Trovadores.
- Membro do Instituto Assistencial de Autores do Paraná.

Em 1973, ao sair a Prefeitura de Paranacity foi convidado a integrar a equipe do então Prefeito de Maringá, Silvio Magalhães de Barros.

A partir de então desempenhou diversos cargos:

Chefe do Serviço de Administração da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, Coordenador do XVII Jogos Abertos do Paraná, Coordenador Geral da II Exposição-Feira, Assessor de Planejamento, Secretário de Serviços Públicos, Presidente do Mobral, Secretário de Administração, Secretário de Obras e Viação, e Presidente da Associação dos Funcionários Municipais.

Respondeu ainda por breves períodos pela Secretarias da Fazenda e Extraordinária, vindo mais tarde a ser nomeado chefe do Gabinete, cargo que ocupou até o ano de 1983. Nos últimos anos de sua vida foi Secretário de serviços Públicos (até dezembro/88), Secretário da Administração e finalmente diretor de Administração da Secretaria de Economia.

As 05 (cinco) reportagens retratadas nas fotocópias anexas, dizem bem da importância de Antonio Tortato para as comunidades que ele serviu.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin - Não havendo Expediente a ser lido passamos ao Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Deputado Neivo Beraldin, Secretário, Deputado Alborghetti, Deputado Nelson Garcia, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores. Inscrevi-me regimentalmente junto à Mesa desta Casa, para defender um Projeto que estou encaminhando à análise deste Poder, Projeto este ligado a nossa gloriosa Polícia Civil do Paraná.

Por que defender este Projeto? Porque nesta Casa acho que nada deve passar sem que, ou o Deputado autor ou o Deputado relator, ou qualquer Deputado, não importa se ele seja autor ou relator, sem que essa matéria seja precedida de uma ampla discussão.

Pelo autor, a defesa, as explicações necessárias e de repente até a fundamentação da sua proposta. E pelo Deputado, a defesa da sua idéia, que nem sempre tem que ser de acordo com o que pretende o autor da matéria, até porque esta é uma Casa aonde a discussão deve imperar, da maneira mais aberta e democrática possível, para que o Plenário possa então, formar juízo a respeito do assunto, e se posicionar em nome da maioria do povo do nosso Estado.

Então estou aqui para defender uma proposta de melhoria da Polícia Civil do Paraná. Estou propondo a exemplo que do que já ocorre em três Estados da Federação, Santa Catarina, Espírito Santo, Distrito Federal e também com a própria Polícia Federal mais recentemente, que aqui no Paraná, se aprovado o meu Projeto, o homem ou a mulher que quiser ingressar na carreira Policial Civil, mais especificamente nos cargos de escrivão ou de investigador ou de datiloscopista, tenha que ter o curso superior. Até aqui o que se exige é o 2º Grau. Quando comecei a minha carreira na Polícia, há mais de 20 anos nem isso exigia. E de acordo com a evolução dos tempos, com a evolução da sociedade, com a modernização do aparelho, que é algo que temos que perseguir sempre, essas exigências foram sendo implementadas.

Me recordo por exemplo, que quando fui fazer concurso em 1969 para ingresso na carreira de Comissário de Polícia o requisito essencial era estar matriculado, estar cursando, Deputado Alborghetti, o 2º ano da Faculdade de Direito. Tive que juntar uma certidão da Faculdade de Direito aonde comprovava que eu era aluno regularmente matriculado no 2º ano da Faculdade de Direito.

Concluí a Faculdade e me submeti a um novo concurso para Delegado de Carreira e evidentemente e nem poderia ser diferente, tive que comprovar a minha condição de Bacharel em Direito, e agora então estou propondo para as únicas classes da Polícia Civil que não se exige o Diploma de Curso Superior que são exatamente as classes de escrivão, investigador e datiloscopista que se exija para ingresso nas fileiras da Polícia Civil por concurso público este requisito do curso superior. Não implica em aumento de despesa, não implica em aumento de salário, apenas implica em qualificação da instituição policial.

Quem passou por uma Universidade sabe tanto quanto eu sei, a cabeça da gente muda e muda para melhor, a cabeça da gente abre para o mundo, a visão da gente se

amplia e a gente passa a ver o mundo de forma diferente, sou um exemplo típico disso, cidadão comum nascido no interior, filho de uma família humilde e se consegui ser alguém na vida foi porque um dia tive a iniciativa pessoal de me submeter a um vestibular e ficar 5 anos cursando uma Universidade. Sai de lá outro homem e é por esta razão que defendo esta proposta de se dotar a Polícia Civil nas únicas 3 classes existentes, de profissionais com curso superior. Hoje no Instituto Médico Legal já se exige, hoje não, há muitos anos, para trabalhar no IML diploma de curso superior. No Instituto de Criminalística da mesma maneira, para a carreira de delegado da mesma forma, 3 Estados brasileiros já adotam isso, a Polícia Federal acaba de adotar isso para todas as carreiras e o Paraná que sempre foi vanguardeiro nestas questões está nesta hora procurando secundar estes Estados e com isso qualificar melhor a Polícia Civil, de tal sorte que a gente possa esperar dele uma qualidade de serviço melhor do que ele presta e já é boa, à sociedade paranaense.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Aparte) - Concedo o Horário do PTB e gostaria de apartear Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES - Conto com o apoio a esta iniciativa dos Sindicatos de Polícia Cíveis de Curitiba e de Londrina. Tenho o apoio também já declarado pela imprensa da Chefia da Polícia Civil do Paraná na pessoa do Delegado Geral Toleb Baleche e outro dado que acho extremamente importante que os colegas saibam, atualmente o meu projeto não retroage, atualmente 90% dos policiais civis do Paraná já são portadores de curso superior então, não tem porque nós não avançarmos nesta direção. De repetente o Nobre Líder do governo pode num aparte me dizer: mas, Deputado, por se tratar de matéria funcional isto é de competência do Governador, realmente trata-se de matéria funcional e é uma discussão que daria para nós travarmos aqui durante alguns minutos mas como não estou desorganizando a instituição policial civil, não estou onerando em nenhum centavo as despesas com funcionalismo do Governo do Estado, apenas estou qualificando para melhor, melhor qualificando os quadros da Polícia Civil ao exigir para aqueles que queiram ingressar na instituição a partir de novos concursos, acho que até poderia contar com o apoio da Liderança do Governo para esta nossa iniciativa. Então, meus queridos colegas, é este o Projeto, é esta a proposta e eu gostaria de contar com o apoio de todos e pela ordem concedo o Aparte ao Deputado Alborghetti e na sequência ao Líder do Governo.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deixo o Líder do governo lhe apartear e depois eu participo.

O Sr. Valdir Rossoni (aparte) - Ilustre Deputado Tavares, no seu pronunciamento, bastante consistente, vem de encontro à política do Governo Jaime Lerner. Vossa Excelência foi testemunha que nos últimos meses o Governo Jaime Lerner avançou em muitas carreiras para recuperar o salário dessa categoria. Poderia citar para V.Exa. a questão dos professores, de que foi dado um avanço significativo, nós no último mês conseguimos aqui com o apoio da Assembleia Legislativa aprovar o Plano de Carreira das Universidades Estaduais, onde abrangeu os funcionários, os técnicos, os professores, os reitores, enfim, uma ampla negociação com essa categoria, onde inclusive, num fato inédito os próprios sindicalistas levaram a manifestação de apoio e de apreço ao Governador Jaime Lerner, da aprovação desse Projeto que foi enviado pelo governo. Avançamos também na questão dos funcionários técnicos de nível superior, que foi um avanço significativo, e sem sombra de dúvida, ouço com atenção o seu pronunciamento e tenho certeza absoluta que dentro das possibilidades o Governo Jaime Lerner quer recuperar em todos os setores, em todas as categorias que ajudam a governar esse Estado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Obrigado, eminente Líder, saúdo V.Exa. e agradeço o seu aparte o qual incorporo o meu pronunciamento, e sem mais delongas concedo o aparte

com muito prazer ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti (Aparte - Assentimento) -

Acho que o que disse o Deputado Valdir Rossoni, é claro que é um sonho do Governador Jaime Lerner. Qual governador que não teria o sonho de ver um projeto do naipe de V.Exa. aprovado?

Hoje, assistindo a Rede Record, no Jornal da Independência em rede estadual para todo o Estado do Paraná, V.Exa. com muita precisão, numa entrevista em rede estadual, alcançando, praticamente, todo o Estado do Paraná, falava deste Projeto, e veja bem Deputado, eu que sou homem de televisão, a manchete foi tão importante que me chamou de frente à televisão e eu aumentei o volume para ver o conteúdo da matéria do seu projeto, e tão logo cheguei à Casa fui ler, fui ver de perto o projeto. Então, acho de fundamental importância o projeto, porque existem tantos, dezenas, acho que até centenas de universitários querendo ingressar na Polícia Civil, e nós poderíamos aí transformar, nós já temos a melhor polícia do Brasil, no Paraná, não é a polícia de São Paulo, Rio de Janeiro, não. Nós temos aqui uma boa polícia, Deputado José Tavares, uma polícia que em menos de quarenta e oito horas, Deputado José Tavares, elucidou um assassinato tão cretino, tão imbecil, tão horrível, como esse do soldado do CINDACTA, que matou um amigo para roubar 16 mil reais, em menos de quarenta e oito horas o Dr. Ézio Vicente, o Dr. Gerson Machado, eles conseguiram solucionar o crime, prenderam o assassino, então, são advogados que têm um curso universitário.

Então, às vezes, eu que gosto de me corresponder com a Embaixada Americana, de pedir clips, documentários de como funciona a Polícia Americana, como funciona as penitenciárias dos Estados Unidos, como funcionam as penitenciárias do 1º Mundo, lá V.Exa. que já deu a sua vida pela Polícia Civil do Paraná, V.Exa. deu a vida, deu uma grande parte da sua vida para a Polícia Civil do Paraná, deu uma grande parte de sua vida para a Constituição Brasileira, do meu País, sabe que é importante esse projeto. É de fundamental importância.

E olha Deputado José Tavares, gostaria de não mais ver, com todo o respeito, sem afrontar ninguém, o delegado calça-curta, que não sabe o que é uma Constituição, que não sabe o que é o Código Penal Brasileiro.

Você vê, Deputado Tavares, no meu primeiro mandato, V.Exa. estava em Brasília, eu entrei com um pedido nesta Casa ao Governador Álvaro Dias que ele colocasse, desde aquela época que V.Exa. era candidato a Prefeito, fiz um projeto obrigando o cidadão que fosse tirar o porte de arma ele tinha que fazer o psicotécnico, ir para uma psicóloga, fiz este projeto aqui, e agora este meu projeto foi colocado em prática no Paraná. Então, nós temos agora, o cidadão para tirar o porte de arma ele vai ter que passar por uma psicóloga para saber se não é um psicopata, para não sair atirando, então ele vai aprender. Estive num stand de tiro da Polícia Civil do Paraná e fiquei apavorado. Falta ali, com trinta mil reais nós temos condições de fazer um stand de tiro modelo do sul do país, pedi ao Governador esta verba, estou pedindo inclusive ao Deputado Durval Amaral, vou pedir para V.Exa. para que nós que mexemos com a área de segurança que façam um stand de tiro não só aqui, mas em Londrina, em Maringá, em Cascavel, e o projeto de V.Exa. é a mesma coisa, vai atingir todo o Estado do Paraná.

Então, gostaria de não menosprezar o delegado calça-curta, não menosprezar o assistente de segurança, mas quantos delegados calças-curtas são nomeados no Paraná, Deputado Tavares, que não sabem o que é Constituição do meu Estado, não sabem o que quer dizer a Constituição brasileira, não sabem o que quer dizer a palavra Ordem e Progresso, muitos não sabem nem cantar o Hino Nacional, não sabem o que quer dizer a palavra porte de arma, não sabem o que quer dizer a palavra autoridade.

Então, o projeto de V.Exa. vem para que o Paraná caminhe de encontro ao ano 2.000. De parabéns.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado.

Quero ao finalizar este meu pronunciamento agradecer as palavras dos aparteados, Valdir Rossoni e Luiz Carlos Alborghetti, sem dúvida alguma um profundo conhecedor

das questões ligadas a segurança do nosso Estado e dizer que o espírito da minha proposta é no sentido única e exclusivamente no sentido de qualificar melhor a Polícia Civil, dotá-la de servidores mais preparados para melhor servir a nossa população. Este é o objetivo do meu projeto e por isso conto com o apoio dos colegas indistintamente de cor partidária ou a que Comissão pertença para que a gente possa avançar mais na melhoria do aprimoramento da máquina do Estado na direção de prestar um melhor serviço a nossa população.

Agradeço, Deputado Neivo Beraldin, pela atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Deputado Sérgio Spada com a palavra.
(Ausente do Plenário)

Passa-se ao Grande Expediente. Vamos ouvir a palavra do ilustre Presidente, as sábias palavras do nosso Presidente Anibal Khury.

O SR. ANÍBAL KHURY - Senhor Presidente e Senhores Deputados, desejo ocupar a atenção e usufruir a boa vontade dos meus pares, para discorrer sobre um assunto que desperta crescente preocupação entre todas as pessoas responsáveis de nosso Estado: a necessidade de apoio à empresa paranaense.

Esse esforço conjunto, do governo, lideranças empresariais e de trabalhadores, enfim da nossa sociedade, objetiva salvar a empresa de base paranaense, acossada por problemas diversos, decorrentes da abertura ao comércio exterior conjugada com a estabilização do Plano Real.

Por onde tenho andado, nos últimos meses, recolho apelos e observações sobre a premência de soluções para resgatar nossas firmas, que se vêem assoberbadas diante de custos financeiros, carga tributária e trabalhista, pressões de uma concorrência beneficiada por sua escala nacional e até mundial, e outros fatores que os economistas debitam ao nosso estágio imperfeito de desenvolvimento.

A cada semana, a cada mês, recebemos pedidos angustiosos para tentar salvar uma firma tradicional de nossa terra, muitas vezes já colocada às portas da insolvência; que tem seu controle acionário vendido ou, pior, temos a notícia de que empresa tal faliu.

Conhecemos, é claro, o conjunto de teorias econômicas que explica o fenômeno da reestruturação dos negócios - pelo qual uma atividade tornada obsoleta pela mudança das técnicas, dos mercados, etc., é suplantada por novos empreendimentos, erguidos à base dos fatores liberados pelo colapso daquelas explorações anteriores.

Assim é que os antigos serviços de transporte de mercadorias por carroções - típicos da zona de colonização europeia do Sul do Paraná - foram sucedidos por empresas transportadoras por caminhões de carga.

Não se trata dessa transição lenta, que permeia gerações e se processa de modo quase despercebido no tempo.

O que estamos enfrentando é a repentina e violenta desorganização de empresas tradicionais, bem situadas no mercado, que passaram a ser vitimadas por uma crise que em absoluto não provocaram.

É hora de fazermos uma pausa para meditação em torno desse grave problema.

Sob nossa inspiração foi aprovada, em 1992, a Lei Estadual nº 9.895, de incentivos ao desenvolvimento econômico e sobretudo industrial do Paraná. Essa legislação, primorosamente regulamentada pelo Poder Executivo, permitiu um crescente empenho dos paranaenses na atração de novas empresas, sobretudo de setores novos.

De uma aplicação inicial algo tímida, sob os governos anteriores, a nova regulamentação amadureceu durante o atual período administrativo, compondo a essência dos programas de atração de investimentos do Estado do Paraná.

Foi com suporte nessa regra - generosamente apelidada de "Lei Anibal Khury" - que projetos de escala se definiram pelo Paraná, nas áreas de automóveis e autopeças, bases químicas, aproveitamento de insumos florestais e agrícolas, etc.

Pode-se dizer que os novos investimentos estão mu-

dando a face de nossa economia, criando um pólo regional de fabricação de veículos, expandindo a indústria de transformação e gerando milhares de empregos e oportunidades pelo Paraná à fora.

Registre-se que concordo inteiramente com tal política pública, porque em si ela é positiva - e assenta nas largas oportunidades abertas com a integração ao Mercosul.

Porém um exame detalhado da Lei nº 9.895, de nossa autoria, mostra que estamos utilizando só uma parte da delegação legislativa aprovada em 1992. Mais precisamente, o seu artigo segundo, que dispõe:

"Fica ainda o Poder Executivo autorizado a conceder estímulos, da natureza fiscal ou financeira, destinados a consolidar decisões de investimentos relativas a empreendimentos novos para o território do Estado do Paraná"

A lei em tela, todavia, é mais ampla. Contempla, ao lado da atração de firmas novas, o fortalecimento das empresas locais já existentes.

Assim, o seu artigo primeiro decreta, e eu peço a atenção dos Senhores Deputados para esse Artigo 1º:

"Fica o Poder Executivo autorizado a implementar mecanismos de concessão de auxílio temporário às empresas do setor produtivo estabelecidas no território do Paraná, que atravessem período de insuficiência provisória de liquidez, decorrente de situação de ajuste da conjuntura econômico - financeira nacional".

Trata-se tipicamente, do caso presente, quando por força das medidas de estabilização associadas ao Plano Real foi contido o crescimento da demanda para produtos e serviços de nossas empresas, sobretudo as que operam em ramos tradicionais: alimentos, agro-indústria, derivados da madeira, etc.

A situação se agrava por se tratar, geralmente, de formas com baixa capitalização, de âmbito local ou estadual, formadas e dirigidas em base familiar e assim por diante.

Nem por isso devem ficar ao léu, abandonadas à própria sorte; sobretudo por comporem a espinha dorsal de nossa economia: firmas que dão a maioria dos empregos, geram a maior parte da renda e vinculadas à epopeia da ocupação do território e da formação histórica do Paraná.

Tanto o artigo primeiro da lei em referência, tem um parágrafo único que subordina a concessão de apoio a requisitos como:

"tradição da empresa no seu ramo de atividades, idoneidade dos integrantes, localização da sede ou estabelecimento principal no Estado do Paraná, e número de empregados, entre outros".

Tais firmas de raiz paranaense têm todo o direito de ser assistidas numa conjuntura de transição. Mas não se trata de assistencialismo; o apoio a elas devido decorre do mais elementar bom senso.

Tanto que duas delegações de eminentes homens públicos e líderes empresariais paranaenses - chefiadas respectivamente pelo Dr. José Carlos Gomes Carvalho, presidente da nossa Federação das Indústrias e Prefeito Alceni Guerra, presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - acabam de retornar da Alemanha e da Itália, onde testemunharam a importância que tais nações, de larga tradição econômica, conferem a suas empresas de pequeno e médio porte.

Na Alemanha, assinalou o presidente da Federação das Indústrias, embora existam gigantes empresariais de porte mundial, são os estabelecimentos de menor escala que asseguram o vigor industrial da nação germânica - a maior exportadora mundial em relação ao Produto Interno Bruto.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Anibal Khury, nosso querido Presidente, me permita, com humildade, de fazer este aparte, num pronunciamento de tamanha magnitude, que com certeza, terá a ressonância que V.Exa. deseja.

Acho que é um tema, que demonstra mais uma vez a grandeza do nosso Presidente, de saber incorporar o sentimento vivo da sociedade paranaense.

V.Exa. citou no seu pronunciamento, e, eu que repre-

sento a região Sudoeste do Paraná, juntamente com outros companheiros, aqui, há poucos dias, prefeitos da nossa região estiveram na Itália, mais especificamente no Norte da Itália, buscando algumas alternativas que pudessem melhorar o investimento do setor agro-industrial no Sudoeste do Estado do Paraná. Ainda ontem, Sr. Presidente, estive com nosso companheiro, colega aqui da Assembléia, Nelson Justus, Secretário da Indústria e Comércio, acompanhando prefeitos da nossa região em busca de incentivo para empresas que queiram lá, e é o caso de algumas, ampliar a sua atividade correspondendo desta forma a cumprir todo o setor produtivo, fazendo com que a cadeia produtiva seja iniciada e terminada na nossa região, e com isso gerando emprego.

Como V.Exa. colocou e é sabido por todos nós, a Lei que V.Exa. fez aqui nesta Assembléia, sancionada e aprovada há algum tempo atrás que trouxe benefícios visíveis ao Paraná, carece deste outro ponto de atendimento para que tenhamos a possibilidade das empresas genuinamente paranaenses, aquelas que querem se expandir e outras que se encontram em algumas dificuldades, para que tenham um apoio decisivo do Poder Público para que continuem gerando empregos e criando divisas para nosso Estado.

V.Exa. traz a esta Casa, num momento em que todos os nossos Deputados prestam atenção ao seu pronunciamento, pela importância que tem, num momento decisivo e gostaria de parabenizá-lo e somar esforços com V.Exa., para que tenhamos, oxalá, com esta sua preocupação colocada aqui, nesta Casa de Leis, que humildemente V.Exa. deixa a Presidência com o Deputado Neivo Beraldin e vem à Tribuna, para dizer aos nossos Pares a preocupação que, com certeza, é de todo Paraná.

Tenho certeza que a nossa região Sudoeste do Paraná como todo Estado do Paraná está por merecer esta atenção, para que tenhamos a possibilidade do desenvolvimento dessas empresas para a geração de empregos.

Acho que com a abertura do mercado, com o MERCOSUL que aí está, com as fronteiras completamente abertas, com a concorrência muitas vezes deixa a nossa população num estado de desigualdade, pode nos dar um alento esta sua lei, esta outra parte que V.Exa. citou desse artigo, que aí está colocado no seu pronunciamento e ter a possibilidade de darmos o apoio necessário para que empresas do Paraná tenham a condição de desenvolver.

Obrigado pela concessão deste aparte, gostaria de dizer, mais uma vez, ao parabenizá-lo que V.Exa., com certeza absoluta, reúne aqui o pensamento de todos os Parlamentares e por extensão do povo paranaense, ao ter esta preocupação viva da sociedade produtiva do Paraná em busca de alternativas que possam melhorar os dias e a vivência de nossa gente.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL KHURY - Agradeço o aparte de V.Exa. e prossigo.

(Prossigue lendo):

Na Itália, especialmente na sua Região Norte, são os pequenos negócios de agro-indústria, setor de manufatura e serviços que formam uma rede dinâmica de firmas que inovam, competem, criam empregos e riqueza numa base que deixou lições profundas para a comitiva de prefeitos do Sudoeste paranaense.

Senhoras e Senhores:

No momento em que o debate nacional se transfere da estabilização para a necessidade de ativação da economia - através de medidas compensatórias que criem empregos, apoiem a produção rural e consolidem a integração continental em bases positivas - cumpre aos paranaenses estarmos alertas para a realidade.

Precisamos encarar o desafio de que não vale à pena ficarmos ricos em dólar e pobres em real; isto é, não basta atrairmos empreendimentos de ponta capitalizados a partir do exterior, enquanto deixamos perecer nossas firmas tradicionais, por ausência de mecanismos viáveis de suporte financeiro, qualificação, defesa da concorrência - e, sobretudo, de vontade política para respondermos ao Paraná.

Invocando a possível autoridade deferida a uma experiência de quarenta anos de vida pública a serviço do Paraná

- lutando na trincheira da sua unidade territorial, da estabilidade de suas instituições e da melhoria das condições de existência do seu povo - é que subo à tribuna para conclamar os líderes e cidadãos de boa vontade ao desafio aqui proposto.

Estou certo de que nossa geração não faltará à responsabilidade de responder com soluções aceitáveis, atuais e imediatas. Os patriotas que edificaram a glória de Roma - Camilo, Múcio Cévola, os Gracos - tinham um ditado que invocavam nas horas de perigo comum, quando se fazia mister renunciar à hesitação e enfrentar as responsabilidades:

"A salvação da Pátria seja a suprema lei!"

Concedo um Aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz C. Romanelli (Aparte) - Queria na verdade me somar aqui à sua profunda preocupação. E creio que V.Exa. não ocupa a tribuna desta Casa nesta tarde, com a longa experiência que tem de vida, que começou no pequeno comércio de seu pai e ocupa essa tribuna para fazer um pronunciamento da mais alta importância em relação a situação das empresas paranaenses, sem ter uma profunda razão para isso, ou seja, todos somos testemunhas da profunda dificuldade porque passam as pequenas e médias empresas paranaenses, as grandes empresas paranaenses, de capital paranaense, só restaram, infelizmente na verdade as cooperativas, porque as empresas paranaenses, oriundas de famílias paranaenses, essas já não são mais paranaenses, e ainda recentemente perdemos a empresa Refripar e o Banco Bamerindus.

Mais do que isso, é na verdade o eixo do seu pronunciamento. Não se trata mais no Paraná, e aí quero crer certo ou errado, foi feito um esforço de atração de empresas multinacionais montadoras de veículos. Creio o seguinte, que o governo tem que pôr os pés no chão, e V.Exa. dá o caminho de como o governo pode trilhar na verdade, por um apoio firme às empresas paranaenses. A Bancada do PMDB tem questionado nesta Casa muitas vezes as prioridades desse governo. Ainda no programa de segunda-feira, nosso maior líder, o Senador Requião, disse com outras palavras exatamente isso que V.Exa. diz dessa tribuna, ou seja, o apoio que o governo do Estado tem que dar nesse momento de dificuldade para as pequenas e médias empresas paranaenses, especialmente aquelas que estão na atividade de transformação industrial. Creio eu que V.Exa. dá os caminhos e como esse governo pode encontrar mecanismos, tanto do ponto de vista fiscal quanto financeiro, para apoiar, a partir é claro, até de uma regulamentação da lei de autoria de V.Exa., de uma forma que todas as empresas, pequenas e médias empresas paranaenses, genuinamente paranaenses, do setor da indústria, que possam na verdade receber um apoio fiscal e financeiro por parte do Governo do Estado. V.Exa. é um Deputado que honra esta Casa porque tem essa capacidade, um homem que já viveu muitas crises, crises políticas e econômicas, e certamente a vinda desse processo de estabilização da moeda, do plano real, está trazendo uma desestruturação global para a economia paranaense.

Acho que esse alerta de V.Exa. é extremamente procedente, e quero crer eu que nós temos que apoiá-lo e encontrar mecanismos para que o Governo do Estado possa se voltar e através do nosso banco, e também obviamente da capacidade de se aplicar eventualmente benefícios fiscais para apoiar as empresas paranaenses. Está de parabéns V.Exa. pela posição que demonstra aqui nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Fico obrigado a V.Exa..

Concedo a palavra ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (Aparte) - Quero, Presidente Anibal Khury, cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que o mesmo vem na hora certa, no momento em que o Governo do Paraná, e V.Exa. tem conhecimento. Nós conversávamos há pouco da agilidade que temos que dar ao Projeto de Lei que cria a agência de desenvolvimento, que será um mecanismo que vem de encontro a prestar o socorro necessário as empresas paranaenses. Então queremos além de agradecer o seu pronunciamento, que vem somar-se a esse projeto tão importante que o governo do Paraná

apresenta a essa Casa de Leis, dizer a V.Exa. que nós depois que extingüimos o BADEP, estávamos sem nenhum mecanismo para prestar socorro às empresas paranaenses. Aquelas empresas que V.Exa. falou, as empresas familiares, as empresas centenárias que são as espinhas dorsal das empresas paranaenses. E essas que dão o maior número de emprego.

Cumprimento a V.Exa. e me sômo a sua vontade.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Fico muito feliz com o seu pronunciamento Sr. Presidente, e acho que compartilho desse sentimento com todos os Deputados aqui dessa Assembléia do nosso Estado. E pelo que entendi da sua preocupação, ao ler atentamente o discurso que o Senhor fez no uso da tribuna. O Senhor se dirigiu à tribuna porque pretende chamar a atenção não só da Assembléia Legislativa, mas da sociedade como um todo em função do momento que o Paraná passa. E o momento que o Brasil passa.

Há dificuldades profundas em função da estabilidade econômica, do novo modelo econômico, do sistema financeiro, do financiamento da produção do nosso País, dos problemas agrícolas se agravando. E acho que o Estado e o governo têm algumas medidas a serem tomadas, que podem melhorar e muito e corrigir os rumos do desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Acho que o alerta que o Sr. traz, no meu entendimento, ele é mais profundo do que está escrito com as letras e com as suas palavras nesse seu pronunciamento.

Tive a oportunidade quando visitei a Federação da Indústria e do Comércio e lá conversando com o Presidente da Federação o Dr. Carvalhinho, e ele me relatando e alguns outros empresários me relatando do aparato do Estado Italiano, isso há questão de um ano e meio atrás, em relação as microempresas da Itália, aonde que uma determinada região, apenas uma região, o equivalente ao que se fosse ao Estado da Federação do Paraná, haviam 60 mil microempresas que geravam produtores não só para abastecer o mercado interno da Itália, mas geravam excedentes como microempresas, como produtos de exportação para a economia européia e até para fora da Europa.

Acho que se entendermos que se há mecanismos que podem ser criados, que podem dar estímulo ao desenvolvimento dos vários setores da economia, e que por uma razão ou outra não são levados a cabo, o seu pronunciamento têm uma razão, no meu entendimento maior, quando aponta, que eu acho - para uma necessidade nossa. Deputado Romanelli já falou, eu também tenho algumas críticas em relação a forma como os investimentos e os incentivos que estão sendo dados a atração do capital internacional, das montadoras internacionais de veículos para o nosso Estado. Mas não sou daqueles que acho que a proposta de incentivo fiscal, desde que ela não tenha, não fuja de uma razoabilidade, de uma certa racionalidade, de que ela não seja um instrumento válido para o investimento. Assim aconteceu em todos os países do Mundo e acho que no nosso País também deve ser assim. Não concordo com a forma como está sendo levado a cabo hoje, acho que precisa ter um disciplinamento, precisa ter uma dose mais de racionalidade. E o seu discurso aponta para isso. Enquanto alguns setores podem ser muito privilegiados, há outros setores que estão completamente a míngua, e pelo contrário, estão passando dificuldades, levando a sua quase inexistência por completo. Cito por exemplo, e o Deputado Walmor Trentini é testemunha desse debate que tivemos a bem pouco tempo, e recebi a feliz notícia do Secretário da Indústria e Comércio Nelson Justus, que uma fábrica de capital nacional na área de tecelagem, na área da indústria de confecção que é importante no sul do Brasil, que é a indústria Teca, que tem sede aqui no Estado vizinho de Santa Catarina, vai implementar uma fábrica que contratará 600 costureiras na Cidade de Palmeira, numa região que precisa de um impulso do governo, de estímulo do governo para que ela se industrialize e possa desenvolver e gerar renda para aquelas pessoas, para aquela região tão dificultada em função dos problemas da economia do nosso Estado e do nosso País.

E essas são medidas importantes para o desenvolvimento do nosso Estado. Mas para terminar e para parabenizá-lo gostaria de oferecer uma pequena sugestão, ao Se-

nhor que é Presidente deste Poder e que acho que têm uma contribuição a mais a dar neste processo. Acho que chegou o momento, e se o Paraná está mudando o seu perfil econômico, e se essa é uma tendência, haja vista o MERCOSUL, haja vista um esforço de industrialização, a vinda de empresas internacionais para um País como o Brasil. Se estamos num linear de mudanças do perfil econômico do nosso Estado, acho, que deveríamos tratar esse assunto com um pouquinho mais de respeito que esse assunto merece. Gostaria que o Senhor, e a Mesa Executiva da Assembléia capitaneasse não precisa ser nesse semestre, pode até ser no segundo semestre, mas eu não vi isto acontecendo ainda, no Estado do Paraná. Um grande debate, um grande seminário sobre Política Industrial, sobre os desafios que o Paraná vem trazendo as contribuições do Presidente da FIESP, de Técnicos, de pessoas que possam ter uma visão de planejamento, do que pode acontecer para o Estado do Paraná, nos próximos 10, nos próximos 15 anos, dada a necessidade de um Estado ter uma política muito bem pensada, com o desenvolvimento harmônico do nosso povo, em todas as suas regiões. Solto esta proposta, de que o Senhor pense, se assim entender, de realizar um profundo seminário sobre Política Industrial de Desenvolvimento Econômico do nosso Estado. Acho que a Assembléia Legislativa podia contribuir e muito, para sugerir algumas diretrizes como V.Exa. já fez na sua lei, diretrizes maiores para o desenvolvimento do nosso Estado.

O Sr. João Techy Filho - Permite um aparte nobre Deputado?

O SR. ANIBAL KHURY - Com a palavra o Deputado João Tecchy.

O Sr. João Tecchy (Aparte) - Gostaria também, de comentar a respeito da experiência que tive acompanhando os técnicos da área agrícola na região da França, aonde eles vieram com bastante subsídios, de conhecimento e técnicas novas numa região, numa das mais produtoras do mundo. Acredito que seria um salto muito grande, aplicando técnicas dessa natureza aqui para a nossa agricultura, formando essas pequenas empresas rurais. Apenas que todos são unânimes, em dizer que a dificuldade financeira se aplicar técnicas dessa natureza. Acredito que, aplicando este conhecimento desses técnicos, atingiríamos um grau muito grande de produção agrícola constante, contínua que seria até importante para a nossa região do Estado. Apenas que, teremos que buscar esses recursos esses investimentos. Gostaria até de comentar, mesmo por causa dessa visita do Prefeito a região da Itália.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL KHURY - Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno - Senhor Presidente Anibal Khury, é para nós uma honra, uma satisfação saber que estes 40 anos de vida pública lhe dá esta luz, essa visão, e esta sensibilidade de tratar de um assunto tão delicado e tão importante como é a questão da economia do Paraná e do Brasil.

Quando vejo o desemprego latente, quando vejo empresas familiares vendo suas empresas ruir por falta de recursos eu sinto esta preocupação. Porque nós que andamos no interior do Estado do Paraná, estamos trazendo o clamor de empresários que desejam recursos para poder sobreviverem. Empresários que dão empregos, que arrecadam impostos, e que hoje não vê uma luz na frente, uma luz de esperança. E o seu pronunciamento com certeza absoluta vai repercutir e muito nos meios políticos, para que a gente possa buscar numa somatória de discussões, alguma luz, alguma esperança para esses que desejam contribuir para o crescimento do nosso Estado.

Quando vejo as dificuldades dos nossos pequenos agricultores, quando vejo as dificuldades das nossas pequenas empresas, quando vejo que o Brasil abriu as suas fronteiras para o mercado, e que muitos empresários foram sacrificados e prejudicados, por essa abertura, o governo precisa ter a sensibilidade de saber que o homem, o cida-

dão, o ser humano precisa trabalhar, e através do seu salário, criar com dignidade a sua família. Quando percebo que neste País, é muito mais importante usar a lei da força, a lei do mais forte, fico muito preocupado e faço a seguinte pergunta: que Brasil que temos e que Brasil que queremos? E se queremos um Brasil melhor vamos tornar esta Assembléia Legislativa a representante legítima do clamor desses que lutam, que trabalham e que, muitas vezes, perdem sua esperança. O Governo Federal que sabe que precisamos aumentar o consumo e até para aumentar o IOF de um e meio por cento a quinze por cento ao ano. Vai estrangular, vai reter os produtos, as fábricas vão dispensar seus funcionários e teremos mais problemas. O próprio Rainha que conduziu uma marcha rumo a Brasília, muito bem organizada, levando os sem-terra para que pudessem fazer uma manifestação que sensibilizou a Nação, consegue, através da força política, através de uma presença com apoio da sociedade, arrancar quatro milhões e meio para implantar uma indústria de pecuária. Isso nos mostra que a sociedade está começando a cansar. Porque solicitar, mostrar seus problemas não adianta.

Quando vemos banqueiros e bancos se socorrendo no Governo Federal, buscando altas somas que deveriam ir para o desenvolvimento da nossa sociedade, percebermos que também conseguem isso através da força. E quando a sociedade cansar, quando não tiver mais os seus representantes para buscar esse clamor, tenho certeza, absoluta, que vamos desorganizar ainda muito mais a nossa Nação.

Por isso quero parabenizá-lo, Sr. Anibal Khury pela sua visão lá em 92, quando através do seu projeto, deu oportunidade ao Paraná, a dar avanços positivos e mais rápidos do que os outros Estados, por isso, caro Presidente, parabéns. Nós que estamos aqui, ainda, aprendendo, queremos nos solidarizar com este assunto tão importante e que vai nascer, aí, uma nova discussão na sociedade paranaense.

Obrigado.

O SR. ANIBAL KHURY - Com Aparte o Deputado Walmor Trentini.

O Sr. Walmor Trentini (Aparte) - Senhor Presidente, sei que o estamos cansando, nesta tribuna, mas, para nós, é um momento dignificante ver V.Exa. exprimindo, aqui, o que nós todos gostaríamos de fazê-lo. Cumprimentar V.Exa. e agradecer pela visita honrosa que fez à nossa Cidade de Paranavai, ao nosso município quando do início da colheita do café, semana passada, junto com o Secretário da Agricultura e também o Governador Jaime Lerner. E o Senhor agora dá a demonstração efetiva de conhecer, também, todo nosso Estado e todos os seus problemas e exprime, aqui, o pensamento de todo o empresariado paranaense. Porque, chegando também de Paranavai neste final de semana, estamos ouvindo dos empresários exatamente esta preocupação que o Senhor coloca aqui.

Somamos a V.Exa., parabenizo-o e agradeço por estar o Senhor fazendo uma manifestação que gostaríamos de fazer. Estamos nos somando com V.Exa.

Obrigado.

O SR. ANIBAL KHURY - Com aparte o Deputado José Maria.

O Sr. José Maria - Senhor Presidente, é uma honra e privilégio poder fazer este aparte. Primeiro quando a Mesa anunciou a presença de V.Exa. na tribuna, tínhamos a certeza de que viria um pronunciamento de peso, não apenas político, mas, sobretudo, de um homem de visão que a partir de seus quarenta e tantos anos de vida pública e dedicação ao Paraná só poderia, realmente, produzir uma peça que pudesse mostrar caminhos e determinar ações. Neste momento agudo e no qual passa a economia brasileira e a paranaense, incluída nesse processo, V.Exa. se encaixa como um verdadeiro estadista. Conhecendo a realidade, conhecendo as dificuldades e alertando. Porque de nada vai adiantar, apenas, no dizer a escuridão, mas precisamos encaminhar é a luz e V.Exa. neste momento, o faz, num alerta à sociedade e aos governos no sentido de poder encaminhar

à solução o que todos nós esperamos. Tenho certeza que este pronunciamento, terá a repercussão que V.Exa. almeja, porque ele vem de encontro não só com as aspirações de governo, mas sobretudo da sociedade paranaense que precisa e deve apoiar as pequenas empresas, a sociedade paranaense que precisa defender não só a instalação de grandes indústrias e do avanço tecnológico. Como V.Exa. mesmo disse: não adianta de nada termos uma economia cheia de dólares, fraca e ausente de real. E quem faz a economia do real é o pequeno proprietário, é o microempresário. E estes, sim, precisam, sobretudo, da ação firme dos governos para que não sucumbam neste momento de readequação da economia mundial e o Brasil, de forma especial, está inserido neste processo, porque teve, mais de vinte anos, enclausurado para dentro de si, e com a abertura se faz, necessário, a pontuação que hoje V.Exa. mostra ao Paraná e com certeza ao Brasil, amanhã, estampado na Imprensa. Parabéns e esta Casa - mais uma vez, se orgulha, se poder tê-lo à frente de seus trabalhos. E faço, tenho certeza, não só em meu nome mas em nome de toda a Bancada do PSDB.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL KHURY - Com Aparte o Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró - Senhor Presidente, em meu nome e em nome da Bancada do PFL queremos nos somar ao seu pronunciamento, que mostra a preocupação do Presidente, da situação que a economia do Brasil levou as empresas que já estão instaladas e produzindo aqui. Com a estabilidade econômica, a estabilidade da moeda a dificuldade de todas essas empresas vieram à tona. Empresas que estavam acostumadas a viver com a cultura inflacionária. Uma inflação de 30, 40% que existia dentro do nosso País. E os, Governo Federal e Estadual, têm que olhar e se voltar para essas empresas. Que estão passando por uma série de dificuldades com esta nova moeda. Tínhamos, no passado, um banco de fomento, o BADEP, que acabou, foi fechado. Mas temos, hoje, dentro do Estado do Paraná por uma iniciativa do Governo do Estado, que encaminhou a esta Casa um projeto de lei, que o Líder do Governo aqui, colocou, que cria agência de fomento, que, com recursos, vai viabilizar e ajudar essas empresas, aqui, instaladas e que estão vivendo uma situação difícil. Também as novas empresas que aqui venham se instalar.

E hoje quer convidar a todos os Deputados porque a Assembléia está preocupada, porque há uma situação de dificuldade das empresas paranaenses, convidar a todos para depois da sessão, na Sala do Presidente, estaremos reunidos para discutir o problema do BRDE. Um banco que o Estado do Paraná faz parte e estará, aqui, o Diretor do Banco Fernando Fontana, para discutirmos os problemas sérios que existem dentro desse banco. Fica o convite a todos e me somar mais uma vez ao seu pronunciamento, que num momento certo, num momento claro vem à tona e vamos deixar essa discussão em aberto para conversarmos e juntos, acharmos uma saída para ajudarmos a todas as empresas paranaenses.

Obrigado.

O SR. ANIBAL KHURY - Com Aparte o Deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Senhor Presidente, Anibal Khury, é uma satisfação e um privilégio apartear-lo e o faço em meu nome e em nome da Bancada do PMDB. É um privilégio apartear-lo, porque, sem sombra de dúvida, tenho convicção pessoal de que a partir de hoje esta Assembléia e o Estado do Paraná como um todo, passará a pensar de uma forma até diferente daquela que vinha pensando. Porque a partir de agora, nós todos embasados no pronunciamento de V.Exa., sabedores que somos da preocupação que V.Exa. tem com os destinos do Paraná, haveremos nós de nos debruçarmos em cima dessas ponderações e desse alerta que o faz acerca da economia paranaense e evidentemente da nacional. Tive o privilégio no ano de 92, acompanhar desde o primeiro momento, quando V.Exa. propôs a esta Casa o projeto de lei, aprovação unânime por esta Casa, e posteriormente acompanhar a sanção do projeto e a

transformação em lei pelo Governador Roberto Requião de Mello e Silva. Depois, a regulamentação sábia feita pela Secretaria da Fazenda através do Dr. Eron Ázua, nosso Secretário da Fazenda à época. E tenho certeza que naquele momento, não só V.Exa. como o governador Requião, como o Secretário Eron Ázua, como todos nós que aqui estamos, tínhamos consciência do alcance que queríamos atingir com a edição desta lei, que teve o número 9.895. E hoje mais do que nunca, precisamos que a amplitude dessa lei seja levada de encontro aos interesses do povo do Estado do Paraná.

É muito bom sim que o Paraná esteja recebendo as indústrias que vem de fora, que vem de outros Estados, que vem de outros Países. Mas, acima de tudo é necessário que façamos realmente um esforço gigantesco para preservar aquilo que já é nosso, aquilo que ao longo de toda uma vida, ao longo de toda uma história de colonização desse Estado, se implantou na forma de indústria, na forma de agricultura, na forma de empresas no Estado do Paraná.

Estamos assistindo hoje a uma dezena, centena, de milhares de empresas nossas paranaenses, atravessando dificuldades como disse o nosso Presidente. Fechando as portas, e um dos setores que chamo a atenção dos Senhores Deputados que mais tem sofrido nos últimos tempos é o setor cooperativista. Hoje, no Estado do Paraná as nossas cooperativas atravessam uma fase de muita dificuldade, com raríssima exceção uma, duas, três talvez cooperativas vivem um momento de tranquilidade econômica financeira, as demais precisam de um apoio para que façam o seu saneamento e continue atendendo como atende hoje a mais de 70% da produção de grãos do Estado do Paraná.

Então, é necessário que estejamos atentos a isso, razão pela qual em meu nome, da Bancada do PMDB apoio vosso pronunciamento, endosso também a sugestão do Deputado Vanhoni, de que façamos um grande debate do futuro que queremos para o Estado do Paraná, e inclusive estamos já desenvolvendo um estudo, e deveremos nos pronunciar nesta Assembléia, a respeito de um tema que entendemos ser necessária a sua discussão, que é a reconversão produtiva do Estado do Paraná, a reconversão do setor produtivo, porque todos sabemos que o Paraná hoje passa por um estágio diferente daquele que passava, 10, 15, 20, 50 anos atrás.

E hoje, com a advento do MERCOSUL, com os acordos bilaterais que se firmam temos que discutir sim a reconversão produtiva do nosso Estado para que não venhamos a ter mais problemas do que temos hoje.

Parabéns Presidente conte conosco, conte com o PMDB, já fomos solidários no momento da votação, e sere-mos sempre solidários no momento da aplicação da Lei Aníbal Khury.

O Sr. Nelson Garcia (Aparte) - Deputado Aníbal Khury. É uma satisfação de vê-lo nessa tribuna, principalmente porque a criação desses novos empregos o Paraná deve muito à V. Exa.

E esse novo projeto, esse novo pensamento de V.Exa. está aqui hoje estampado no semblante de cada um dos Deputados preocupados com o Estado do Paraná e preocupados com esse nosso País.

Mas eu gostaria só para ilustrar dar um exemplo. não está aqui um Deputado legislando em causa própria, mas está aqui alguém para dar um exemplo simples lá do interior do Estado do Paraná, da região Noroeste. Temos uma empresa familiar há 25 anos implantada no Estado do Paraná, tínhamos há pouco tempo atrás uma geração de 800 empregos em nossa empresa. Hoje, Deputado Aníbal Khury, temos 300. Estamos preocupados se não tivermos que baixar para 150. Então aí é o reflexo de uma empresa, quantas empresas no Estado do Paraná não está nessa dificuldade? Quantas empresas de fundo de quintal que tem uma geração formidável de emprego que não estão em dificuldade porque falta uma linha de crédito a nível estadual e a nível nacional. Então, precisamos sim dar a nossa parte e começa por essa sua grande iniciativa, e tenho certeza que o povo do interior, principalmente o povo do interior que está sofrendo e temos uma luz no fim do túnel, que é a volta da cafeicultura na nossa Região, mas se nós também não incentivarmos essas

empresas que já há 20, 30, 40 anos estão instaladas, e não tem um apoio, infelizmente o Senhor sabe, se não lutarmos por isso o desemprego é muito maior, é a formação de bôdi-frias, de trabalhadores volantes em todas as periferias da nossa cidade. O que acontece? Se não incentivarmos lá no interior essa criação, essa ajuda às indústrias, vão vir para as capitais, aí sim morar embaixo de ponte é a criação da maior pobreza que no Paraná pôde existir.

Então, parabéns pela sua iniciativa, pode contar com essa Assembléia Legislativa e tenho certeza que é mais uma de suas grandes atitudes na sua vida.

Obrigado.

O Sr. Sérgio Spada (Aparte) - Tenho certeza de que o alerta que V.Exa. faz hoje nesta tribuna vai repercutir em todo o Estado do Paraná, a partir de amanhã essa discussão vai tomar conta dos meios políticos e empresariais, a imprensa e por aí fora.

Gostaria, só de sugerir, fazer uma espécie de alerta, porque quando falamos em indústrias, logo pensamos na indústria metalúrgica, mecânica, indústria moveleira, indústria pesada, a agroindústria e por aí fora. E a tendência moderna é de que cada vez surja com mais força a indústria da prestação de serviços, empresas de prestações de serviços, que essas se expandam muito e também precisam de apoio como esse previsto na lei de V.Exa., a Lei Aníbal Khury, e também a indústria sem chaminé chamada turismo, aliás, o Paraná tem um potencial muito grande e para ser explorado nessa área com pouco incentivo, mas com uma boa articulação, Poder Público e iniciativa privada, podemos gerar muitos impostos, muitos empregos, muitas riquezas, através dessa indústria também chamada turismo. Falo isso em nome da Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa, sugerindo a V.Exa. que inclua na discussão esse tema que também considero relevante. Muito obrigado!

O SR. ADEMAR TRAIANO (Aparte - Assentimento) - Deputado Aníbal Khury, V. Ex.^a ao longo da sua experiência, da sua competência, da sua grandeza como homem público, traz à tona com certeza um assunto dos mais relevantes para o Estado do Paraná.

No bojo do seu pronunciamento nós notamos a grandeza e a preocupação com que V. Ex.^a tem para com o Estado do Paraná e com aqueles que com certeza V. Ex.^a vem acompanhando ao longo de sua vida pública, o desenrolar das ações do campo econômico desse Estado. Não tenho dúvida de que o seu pronunciamento encontrará eco, e será com certeza a caixa de ressonância de todos aqueles Deputados Estaduais que no curso dos dias, nos seus gabinetes, passam a ser meros agenciadores de reivindicações de industriais do interior do Estado do Paraná.

Concordo com o Deputado Angelo Vanhoni, devemos nos preocupar em discutirmos aqui, com certeza através desse vosso pronunciamento, ações que possam encaminhar o Estado do Paraná para uma política voltada as atenções para as pequenas e médias indústrias do Estado do Paraná, mas entendo de que o Governo do Estado do Paraná e o Governo Federal devem medidas imediatas, porque o estado de penúria em que vivem as nossas pequenas e médias empresas no interior do Estado do Paraná, realmente é preocupante.

Falo não só como Parlamentar, falo como empresário e gostaria de dizer a V. Ex.^a, aproveitando o vosso discurso de que o Sudoeste do Paraná, numa iniciativa inédita, através de seus Prefeitos, capitaniados pelo Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, foi até a Itália para trazer de lá experiências que possam ser aproveitadas na nossa região, uma vez que ela tem características próprias com uma região do norte da Itália. E o Sudoeste do Paraná tem sido pioneiro em muitos projetos industriais, mas infelizmente não temos encontrado apoio às iniciativas dos nossos empresários da Região Sudoeste do Paraná. Ouvi aqui Deputado colocar que uma nova empresa pretende se instalar no Paraná e me refiro a Teka. Enalteço o Estado do Paraná em trazer empresas de envergadura para cá mas precisamos nos preocupar, Deputado Aníbal Khury, com aquelas que já estão sendo o sustentá-

culo da economia do Estado do Paraná e que hoje não encontram nenhum incentivo para a sua sobrevivência, cito como referência já que falamos da Teka, duas cidades da minha região que com certeza servirão de exemplo para o Estado do Paraná, a Cidade de Ampère que ao longo de apenas 5 ou 6 anos o Prefeito numa iniciativa inédita implementou na sua cidade diversos barracões industriais propiciando e dando oportunidade para que os empresários ali iniciassem as suas pequenas empresas na área de confecções e lá temos hoje na área de confecção de calças, de camisas as maiores indústrias do Brasil mas com recursos próprios dos empresários da Região Sudoeste do Paraná sem nenhum incentivo de organismos que possam realmente contemplar este segmento produtivo, portanto, me parabeno com V. Ex^a por este pronunciamento e tenho a certeza de que a partir do seu pronunciamento toda esta Casa haverá de fazer com que se deflagre imediatamente um movimento para atendermos o interior do Estado do Paraná porque o estado de penúria que os empresários estão vivendo é insustentável. Parabéns Deputado Anibal Khury, é a voz da sapiência que está na tribuna, o seu pronunciamento robustece esta Casa, o seu pronunciamento com certeza enaltece todos os Deputados Estaduais deste Estado. Muito Obrigado.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Ouvindo o seu pronunciamento e vendo que até a Europa está passando por transformações, vejo no pronunciamento de V. Ex^a como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro me lembro do PTB, já que o PTI que é o Partido Trabalhista Inglês que ganhou as eleições, fico orgulhoso de V. Ex^a trazer um pronunciamento progressista a esta tribuna e exigindo para que o Paraná acorde para que o Paraná passe por transformações e que caminhe de encontro ao seu grande destino. Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni neste Projeto que o nosso governo encaminha à Casa, oxalá ele já esteja aqui, oxalá o Deputado Joel Coimbra já tenha colocado em pauta para que possamos apressar o renascimento do meu Estado na área da industrialização e falo em meu nome e em nome do Deputado José Tavares porque eu não me considero aqui. Deputado de Londrina ou Deputado de Maringá, eu fiz voto em todas as cidades do Paraná, em todas as cidades do Paraná eu tive votos, todas, só em Cascavel eu fiz 6.000 votos então eu tenho direito de falar não por Cascavel, Deputado Anibal, eu tenho direito de falar por um Município onde eu fiz um voto, eu tenho a obrigação, caráter, decência, vergonha na cara de defender este homem ou esta mulher que votou em mim nesta cidade mas falo em meu nome e em nome do Deputado José Tavares porque o nosso sonho é ver Londrina a Cambé, Londrina a Rolândia com o maior polo de industrialização do Norte do Paraná e o pronunciamento de V. Ex^a vem de encontro com a preocupação do Deputado José Tavares, vem de encontro com a preocupação do Deputado Alborghetti e é necessário, Deputado Anibal Khury, é uma pena que as televisões do meu Estado não estejam aqui, agora, para filmar gravar o seu pronunciamento e que este pronunciamento fosse levado a todo o Estado do Paraná e espero que a imprensa escrita, os meus companheiros da imprensa escrita, através dos nossos grandes jornais, que nada devemos ao jornais de fora, que aqui temos a melhor imprensa do Brasil, coloquem em primeira página a sua preocupação, não só pela grande empresa, como disse, se não me falha a memória, o Deputado Augustinho Zuchi, outros Deputados que aqui falaram sobre a criação, aquilo que o Deputado Nelson Justus, Secretário, está trazendo empresas, nós também temos que nos preocupar com as nossas empresas. Mordido estou eu porque perdemos a Refripar, mordido mais ainda porque o Paraná não se levantou para pedir que não se levasse para a Inglaterra. O Banco Bamerindus, Banco Mercantil e Industrial do Brasil, e nós não podemos deixar que isto aconteça, já que V. Ex^a representa com muita galhardia nesta tarde uma nova faceta desse Partido Trabalhista Brasileiro, já que V. Ex^a nesta tribuna fala de progresso, fala de transformações, eu espero que este projeto que o Deputado Valdir Rossoni diz que já está na Casa, siga os trâmites do seu pronunciamento e que o seu pronunciamento saia deste concreto, saia deste con-

creto que toma conta deste Parlamento e vá até a mesa do Senhor Governador e que ele, através do seu pronunciamento, até progressista nesta tarde, venha realmente de encontro com os anseios do Estado do Paraná. Chegou a hora, a hora é agora, não vamos esperar acontecer. Muito Obrigado.

O SR. JOEL COIMBRA - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento)

Senhor Presidente, faço coro aos colegas que me antecederam para também cumprimentar V. Ex^a por este magnífico pronunciamento que produz nessa tribuna. Na verdade, Senhor Presidente, nós vivemos determinadas dificuldades que estão caracterizando o nosso momento. A sociedade moderna, globalizada, tem se envolvido em tantas mudanças tão rápidas e tão profundas que escapam a percepção das pessoas mais espertas, mais astutas, e deste movimento não escaparam empresários e não escaparam empresas e até Bancos se envolveram neste movimento e perderam fôlego e perderam força e muitas perderam a vida também, até nossos Bancos de Desenvolvimento. Perdemos o BADEP, mas morreu também o BADESP e Bancos de Desenvolvimento de outros Estados também sucumbiram. Urge, portanto, que nós iniciemos um movimento novo, mas com força necessária para romper estas dificuldades. E todos concordamos e com certeza todo o Paraná onde o pronunciamento de V. Ex^a repercutir concordará que V. Ex^a que já comandou tantas lutas e tantos movimentos vitoriosos em defesa do Paraná é a figura ideal para comandar mais este movimento. Tenho certeza que sob o comando de V. Ex^a vamos marchar novamente numa luta dura e séria e vamos vencer mais estas dificuldades. E nós já estamos trabalhando, o companheiro Alborghetti citou e outros companheiros citaram também, nas próximas semanas deveremos colocar em votação a criação das agência de desenvolvimento num procedimento que é coordenado por V. Ex^a, e tenho certeza que a partir daí vamos iniciar novamente uma grande marcha, uma grande luta em defesa das empresas paranaense e do Paraná.

Portanto, queremos cumprimentar V. Ex^a, em nome de todos os nossos companheiros, daquelas pessoas a quem representamos. E podemos dizer que com esse pronunciamento de Vossa Excelência respiramos aliviados por saber que nós estamos iniciando a travessia dessas dificuldades, e um novo tempo, com toda certeza, um tempo de prosperidade vai surgir a partir dessa posição firme que Vossa Excelência mais uma vez adota. Nós o cumprimentamos e agradecemos por essa tão feliz iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL KHURY - Muito obrigado a Vossa Excelência.

Prosseguindo. Igualmente agora, lembrando as lições dos ancestrais romanos que nos legaram com a cultura a organização social e política, proclamemos o desígnio de salvar a economia estadual, suas firmas tradicionais e idôneas, sua economia e emprego, enfim, o bem estar geral do povo do Paraná.

Por último, tenhamos presente a lição de Munhoz da Rocha, estadista que foi, talvez o maior pensador de nossa terra, precisamos criar, prestigiar e consolidar o capital paranaense. Mãos à obra, pois a missão é muito dignificante.

Aceito com muito prazer a sugestão do Deputado Vahnioni, precisamos prosseguir nessa luta pela salvação da indústria paranaense, dos pequenos industriais, dos pequenos produtores. E é uma luta, como eu já disse, árdua, nós temos pela frente poderosos grupos, com mais influência, com mais tentações do que a nossa insipiente indústria paranaense. Perdemos Hermes Macedo aqui em Curitiba, perdemos Prosdócimo, a Refrigeração Paraná, e agora recentemente o Banco Bamerindus. Dói em minha alma Srs. Deputados chegar na "Boca Maldita" e ver precipida da palavra da expressão Bamerindus letras que eu não sei, sigla deve ser alguma coisa em inglês que eu não entendi nada, e isso, o Bamerindus não tem, segundo o próprio Banco Central informou, não tem nenhuma falcatura, apenas não se deu ao Bamerindus a oportunidade que se deram a outros Bancos. Por isso, nós vamos lutar, nós temos que lutar. Ainda há pouco, como dizia o Deputado Trentini, nós estáva-

môs no Norte, lá em Paranaíba, em Ibaiti, em Jandaia do Sul, quando através de uma atuação da Secretaria da Agricultura, do Secretário Hermas Brandão, se projeta no Paraná o salvamento da agricultura cafeeira. E vibramos com o novo tipo de café adensado, até brinquei lá, brinquei não, errei mesmo, falei em café condensado, aí quando a população lá presente começou a rir eu me lembrei do Leite Moça, que é tão gostoso como o Leite Moça condensado. Mas é isso que ainda dá esperança para a gente. Às 21:00 horas da noite os agricultores liderados pelo Deputado Miltoninho, estavam lá esperando por cinco horas a presença das autoridades. Isso anima a gente aqui do Paraná. E a minha região nem se fala, a região do Rossoni, indústria madeireira, está muito por baixo. Então, nós temos que aceitar a sugestão do Deputado Vanhoni, vamos construir uma comissão geral de todos os Deputados da Assembléia, vamos pedir a participação de todas as empresas, cooperativas, os agricultores, enfim, de todos aqueles que lutam pelo Paraná. O Paraná precisa ser salvo, não condenamos a vinda das empresas montadoras, mas acho que basta, agora vamos cuidar da nossa gente, do nosso pessoal, dos nossos agricultores, dos nossos fazendeiros, das nossas indústrias, dos pequenos industriais, enfim, cuidar do Paraná, para que os nossos filhos, os nossos netos, possam se orgulhar da gente no futuro.

Agradeço esta solidariedade, e sei, que a Assembléia pensa unânime neste sentido.

Esta Lei que eu apresentei em 1992, eu já tinha uma premonição do que iria acontecer. E, o próprio Governador que não é muito afeito a estas coisas, sancionou a lei, deu os primeiros passos para que ela fosse executada. Um grande Secretário da Fazenda, Heron Arzua, já beneficiou, através da atuação, e regulamento desta lei, muitas firmas paranaenses.

Agora, nós demos um passo alto com industrialização de grandes montadoras. Vamos, enfim, cuidar da nossa gente! Temos que cuidar do nosso quintal!

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Passa-se ao Horário das Lideranças. Pelo PPB, com a palavra, o Deputado João Techy.

O SR. JOÃO TECHY - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente, até agradeço a garantia da palavra, ontem, dada ao Dr. Mário Sérgio, que veio humildemente se justificar, e explicar, até para dizer que ele não teria como vir aqui, e se defender ou falar alguma coisa contra o pronunciamento pelo Reitor em outra ocasião. Mas foi garantida a palavra, e nós ficamos satisfeitos, porque ele pôde se manifestar, não para acusar ninguém, mas fazer duas ou três colocações nesta ocasião.

Hoje, estou aqui também defendendo uma classe política, empresarial, mais profissional, que é a classe médica. Em uma reunião, onde estivemos reunidos com o Presidente da Associação Médica, com o Conselho de Medicina, eles estavam preocupados com a classe médica, hoje, trabalhando no Estado, pedindo até uma opinião dos Deputados, em que também o Dr. Rosinha esteve presente, uma maneira para se equilibrar o salário que eles vêm recebendo do Estado.

Eles conhecendo as outras profissões, trabalhando no Estado, e mostrando um comparativo de que têm médicos, hoje, recebendo seiscentos reais, para quatro horas diárias, e outras profissões, que nós não vamos citar, mas que recebem muito mais que isso, inicialmente, em quadro inicial da profissão no Estado. E pedindo até para que a gente pudessem solucionar esse problema, e defender a classe médica, aqui, na Assembléia Legislativa.

Hoje, a gente sente que os médicos estão mais preocupados em atender os seus pacientes, em trabalhar em vários hospitais, clínicas, e consultórios, mesmo porque seiscentos reais, é difícil de se manter. Eles têm de buscar vários locais de trabalho para somar uma quantidade suficiente para se manter com plantões.

Enfim, a gente precisaria pedir para a administração do Estado, elaborar alguma forma de um quadro próprio para os médicos do Estado.

A gente sente que seria uma iniciativa deste governo, e, logicamente tanto o Conselho Médico, e a Associação Médica estariam dispostos a conversar juntamente com os Deputados, e também com o governo para se elaborar esse quadro. Porque é uma profissão, onde não se tem uma representação maior. Eles não têm uma representação maior politicamente eles não têm uma grande representação e a gente procura até defender não é um corporativismo muito forte, onde pressiona o Estado, como a gente vê, e já provou diversos quadros de aumentos salariais de funcionários, cargos e salários de outras profissões.

Então nesse contexto, nessa preocupação com os médicos, a gente voltará a comentar a respeito dessa preocupação nossa, quanto ao salário dos médicos do Estado.

Vamos buscar uma elaboração de um quadro de cargos e carreiras que seria uma das únicas profissões onde não está valorizada no nosso Estado.

Voltarei em outras ocasiões até para comentar mais a respeito. Vai ter notas nos jornais onde a própria Associação Médica já está procurando informar a opinião pública a respeito dessa deficiência hoje no quadro próprio, no quadro de funcionários médicos do Estado do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PSDB com a palavra. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há como negar que à Itaipu Binacional uma obra que é orgulho da Engenharia, uma empresa que gera hoje um terço da energia consumida em todo o território nacional. A Itaipu Binacional que paga graças a uma proposta desse Parlamentar na Constituinte, os royalties aos municípios da região e ao Estado do Paraná, na ordem de 100 milhões de dólares por ano. A Itaipu que paga ICMS para os Municípios e particularmente para Foz do Iguaçu e para o Estado do Paraná, é uma obra e uma empresa que têm seus méritos.

Mas a Itaipu Binacional também já criou muitos e graves problemas, particularmente problemas sociais para Foz do Iguaçu e para aquela região. Muitas vezes problemas sociais impossíveis de serem contornados, por exemplo, o alagamento das terras, praticamente com o despejo daquelas pessoas que moravam naquela região, que saíram por força da desapropriação e de lei. Muita gente pagando caro até hoje por terem que sair daquela região.

Itaipu também criou uma série de graves problemas sociais, particularmente na minha cidade, a Cidade de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu que tinha 38 mil habitantes, nos idos de 1970, tem hoje cerca de 240 mil habitantes. Esse crescimento vertiginoso e desordenado, trouxe consigo diversos e graves problemas sociais. E os problemas vêm-se agravando, na medida que a Itaipu vem desmobilizando aquela estrutura usada para construir a obra. E nos últimos tempos a Itaipu que não se preocupou em criar alternativas para empregar aquelas pessoas que ali trabalharam, simplesmente foi demitindo funcionários e enxugando o quadro. E hoje a Itaipu tem dos 40 mil trabalhadores que construíram aquela obra, apenas cinco ou seis mil trabalhadores empregados nas duas margens, lado Brasileiro e lado Paraguai.

Mas a Itaipu peca nesse momento, por omissão, por falta de vontade de decidir as coisas em três pequenos problemas para a Itaipu, que poderiam ser resolvidos rápidos e facilmente, mas que causam problemas muito sérios para essas famílias que construíram a Itaipu Binacional e para a população de Foz do Iguaçu.

A Itaipu resolveu alienar, ou seja vender as casas da Vila C de Itaipu, para quem nelas morava e trabalharam nas obras, e para isso colocou para intermediar esta transação, no passado, uma cooperativa habitacional de um sujeito que inclusive cumpriu pena, puxou cadeia, por ser mal intencionado e ter manipulado aqueles moradores, com a conviência de Itaipu, e 2.600 casas foram vendidas. Cerca de 600 destas casas à vista, e estas vendidas à vista até hoje não estão legalizadas em nome dos moradores porque a cooperativa embolsou o dinheiro e a Itaipu não viu o dinheiro! Mas foi com a conviência e participação da Itaipu, e quem

está pagando o preço hoje são os moradores da Vila C de Itaipu.

A Itaipu Binacional, que construiu o Hospital, hoje Costa Cavalcanti, hospital de Itaipu, com o dinheiro público, dinheiro do povo, criou uma Fundação para explorar os serviços do hospital, chamada Fundação Itaipuapi, teoricamente sem fins lucrativos. Esta empresa, a Fundação Itaipuapi se adonou, se apossou daquele hospital e fez daquilo, logicamente, uma grande fonte de renda para quem domina aquela Fundação. Lotearam o Hospital Itaipu como acontece com muitos hospitais ditos filantrópicos de todo o Paraná e de todo o Brasil. E hoje a Itaipu se nega a atender quem necessita de atendimento médico no Pronto Socorro do hospital construído pela Itaipu, quer dizer, com dinheiro do povo, pelo SUS. Um órgão do governo se negando a atender a população através do próprio governo que é o sistema único de Saúde.

E outro problema sério, e é para isso que temos a presença, hoje, nesta Casa, de uma comissão de pais, desesperados pais e moradores das casas da Vila A de Itaipu. Deram o melhor de suas vidas para a construção daquela obra, muitos deles 18, 20 anos de trabalho, deixando inclusive, na maioria dos casos, saúde enterrada no concreto da construção daquela barragem. Fim da obra foram demitidos, pura e simplesmente demitidos, com isso perderam o acesso à escola, patrocinada pela Itaipu, perderam com isso a assistência médica, perderam com isso, o que é mais importante para eles, principalmente na conjuntura atual, o emprego e hoje estão de forma, até desumana sendo despejados das casas da Vila A de Itaipu. Deputado Romanelli acompanhou bem o caso da Vila C de Itaipu, denunciou, inclusive está tramitando na Justiça o que foi feito de errado naquela transação imobiliária. Hoje Itaipu, além de ter demitido, à força muitas vezes, está despejando aquelas famílias que como já disse perderam escola, saúde, perderam emprego e de forma desesperada não têm aonde abrigar as suas famílias! E para que isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Aqueles pais de família vão para debaixo das lonas, pagar aluguel, quando podem, e as casas que estão sendo desocupadas ficam desocupadas, como estão lá 230 casas ociosas, sem servir a Itaipu e muito menos à coletividade, como se estas casas não tivessem sido construídas com o dinheiro público!

Concedo o aparte, com muito prazer ao Deputado Samis da Silva.

O Sr. Samis da Silva - Muito Obrigado.

Eu quero parabenizá-lo e me somar ao discurso de V.Ex.^a, na defesa que V.Ex.^a vem fazendo tão brilhantemente.

Venho acompanhando de perto essa questão que é de interesse não só das 620 famílias mas como de toda sociedade de Foz do Iguaçu.

Quero cumprimentar Ricardo Mocellin, que é presidente do Sindasfoz, que não é morador da Vila A de Itaipu, mas que, através do Sindicato, que é forte em Foz do Iguaçu, e do advogado que acompanha também esta comissão de moradores.

Itaipu Binacional de tantos problemas sociais, problemas graves, que já deixou na região Oeste do Paraná, mas principalmente dentro de Foz do Iguaçu, é mais um dos problemas graves sociais que vão deixar dentro de Foz do Iguaçu se acontecer um dândado de despejo que já foi impetrado na justiça, e que está por ser cumprido, mais de 120 famílias estarão ao relento, serão despejadas das suas casas. É até uma contradição, Deputado Sérgio Spada, a Itaipu que tão bem cuidou na época da construção da sua barragem, na época da construção da Usina que cuidou do "bicho da espécie animal, que cuidou como nenhuma outra entidade nesse mundo soube cuidar e preservar, mas que o bicho homem, o ser humano, a Itaipu trata com total descaso". E mais de 120 famílias, se não houver uma intervenção política, se esta Casa através da Liderança do nosso Presidente Anibal Khury, se os Deputados Estaduais não nos ajudarem aqui numa ação em que a defesa dessas famílias está impetrando junto ao Tribunal de Justiça para cancelar esse mandado de despejo e al ter um x fôlego, ter alguns meses para negociar, tentar uma nova negociação junto a Itaipu Binacional, elas serão despejadas.

Eu quero aqui me somar, lhe parabenizar nessa luta, parabenizar às famílias, a Comissão que está procurando fazer essa defesa. É uma luta de "Golias contra gigante", é uma luta de 120 famílias contra a Itaipu Binacional, contra o gigante da Itaipu Binacional. Mais uma vez lhe parabenizo e espero que aqui nesta casa o seu discurso, não só dentro desta Casa, mas a imprensa que dá cobertura às sessões desta casa, também se pronuncie e que nós encontremos eco aqui no Tribunal de Justiça para parar imediatamente esta Ordem de Despejo que acontece lá em Foz do Iguaçu. Parabéns, Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Para finalizar, agradeço o aparte do Deputado Samis da Silva.

É importante frisar que estas casas que estão sendo desocupadas, conforme mostram essas fotos que aqui estão, estão ficando ociosas, deteriorando com o tempo, porque a Casa não habitada deteriora. A exemplo do que já existe lá, cerca de 230 casas vazias, a exemplo de mais de 800 casas que já foram repassadas a terceiras pessoas que nada têm e nunca tiveram com a Itaipu Binacional. É importante frisar também que a Justiça tem que se pronunciar urgentemente, porque o mandado de despejo está em vias de ser executado. E com relação a essa questão o advogado Dr. Geraldo José V. está entrando com agravo de instrumento aqui no Tribunal e esperamos que o Relator conceda o efeito suspensivo. Para isso vimos buscar o apoio da Casa, do Presidente Anibal Khury, da opinião pública, até mesmo do Estado do Paraná.

Quero dizer a Comissão que é composta pelo Ricardo Mosselin, o José Edimar da Silva, o Roberto L. Gregório, o Nairo Marcos da Silva, o Marcos Vinicius Adomovick, o Marco Antonio Lima, além do Dr. Geraldo, que contem com o nosso total apoio e solidariedade. Tenham certeza, vocês levam daqui o apoio e a solidariedade desta Casa, do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Consulto o Horário das Lideranças: PFL, PP. (Declinam).
Concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello, Liderança do PT.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Anibal Khury fez um pronunciamento de extrema importância no dia de hoje, em nome da Bancada do PT vamos nos pronunciar com profundidade sobre esse assunto no futuro, mas não poderia deixar hoje de dizer algumas palavras sobre o pronunciamento do Deputado.

Primeiro, entendo que a representatividade política, Deputado Anibal Khury, significa que o seu pronunciamento tem um condão de trazer uma nova discussão para o Legislativo. O Legislativo deve deixar de ser apenas um apêndice do Executivo, da discussão da política industrial no Paraná e passar a ser um órgão que possa influir nessa discussão tão importante para o futuro do Paraná.

Primeiro o Projeto que Anibal Khury apresenta tem que nos fazer refletir sobre uma série de questões que envolve fiscalização. De minha parte, entendo que o Governo Jaime Lerner já fez a sua opção de desenvolvimento, já escolheu a sua prioridade, na medida que os recursos são escassos para incentivar as indústrias, o Governo na minha opinião fez a sua prioridade de atrair grandes investimentos de capital de ponta, para o Paraná de forma concentrada, essa é a grande opção de desenvolvimento.

O pronunciamento do Deputado Anibal nos faz refletir se é possível buscarmos uma alternativa a esse modelo imposto neo-liberal de desenvolvimento para o Paraná, na medida em que empresas nossas estão falindo.

Acho que essa é a importância desse pronunciamento que temos que discutir. Discutir também, a questão da transparência, porque nada vale aprovarmos uma lei que permita o Governo dar incentivo à indústria paranaense se essa lei não tiver como princípio básico a transparência. Não podemos dar mais um cheque em branco para o Executivo, para que ele dê incentivo a seu bel prazer, à empresa que quiser.

Acho que devemos discutir uma forma democrática de

gestão dos recursos que vão ser destinados às empresas paranaenses, critérios para que possam receber esses recursos, quantidade de recursos. O Legislativo tem que estar sempre presente nesta liberação, para que não haja espaço, critérios escusos, assim por diante.

Nesse condão estamos apresentando também, na Bancada do PT um Projeto de Lei que cria o Fundo Paranaense de Apoio à Pequena Agricultura Familiar. Ninguém mais que a agricultura está sendo prejudicada pelo Plano Real. A competição desvairada, as dificuldades históricas que tem o pequeno produtor, entendemos que uma parcela de recursos do Estado deve ser destinados justamente, ao agricultor que gera um grande número de empregos, no sentido social para o processo de desenvolvimento do nosso Estado. E temos que debater as questões nesse sentido.

Agora, temos que ter claro, que é uma luta aqui sim, de Davi contra Goliás. Porque o motivo pelo qual as empresas paranaenses estão em processo falimentar, é uma política econômica "maco-política" do Governo Federal. Uma política de juros altos, que dificulta o investimento produtivo e que é necessária pela lógica, o desenvolvimento pelo Governo Federal e uma política de abertura e escancaramento as fronteiras do país, fazendo com que empresas nossas que não têm ainda um alto desenvolvimento tecnológico, entrem numa competição com empresas de ponta.

Então são questões sérias, mas acho e repito, que o pronunciamento do Presidente do Legislativo, tem esse condão de fazer, porque deixamos de ser um apêndice, e passamos agora sim, a nos preocupar com o perfil do desenvolvimento do nosso Estado e atuar como Legislativo, fazendo leis que tragam transparências, democracia e critérios para incentivos fiscais e empresas paranaenses.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Leonel França, com sede e foro em Paranavaí. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim dos Pinheiros e Roma, com sede e foro em Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dá nova estrutura ao Quadro de Servidores da Secretaria do Tribunal de Alcada do Estado do Paraná, institui o Plano de Carreiras e adota outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação "Vida Nova", com sede e foro em Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Fundação "Luz e Vida", com sede e foro na Cidade de Corbélia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Newton Guimarães, com sede e foro no Município de Paranavaí. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 102/96, de 02.07.96.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 304/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Newton Guimarães, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à ilegalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.04.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Pequena Obra Franciscana", com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 86/96, de 28.11.96.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 551/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Pequena Obra Franciscana", com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à ilegalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.04.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação das Famílias Unidas de Loanda - AFUL, com sede e foro na Cidade de Loanda. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 29, de 18.03.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 092/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação das Famílias Unidas de Loanda - AFUL, com sede e foro em Loanda.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do Art. 1º, da Lei nº 11.509, de 10 de setembro de 1996, que criou o Município de Ariranha do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 138/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º, da Lei 11.509, de 10 de setembro de 1996, que alterou a Lei nº 11.257, de 21 de dezembro de 1995, que criou o Município de Ariranha do Ivaí, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Ariranha do Ivaí, desmembrado do Município de Ivaiporã, com os seguintes limites e confrontações:

"Inicia na divisa da Gleba Água Fria, 1ª parte, com as terras da Colônia Manoel Ribas, no Rio Azul, segue pela sua margem direita até encontrar a estrada principal que liga a Cidade de Ivaiporã a Cidade de Ariranha do Ivaí, segue pela direita até encontrar o Rio Barraquinha, seguindo pela sua margem direita até o Rio Azul, deste segue por sua margem direita até a foz no Rio Ivaí e daí sobe pela sua margem direita até a linha divisória dos Municípios de Ivaiporã e Manoel Ribas, segue pela linha divisória até o ponto inicial."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação deste projeto de lei é de corrigir o memorial descritivo da lei que criou o Município de Ariranha do Ivaí, tendo em vista que naquele memorial foram incluídas no território do município criado, as localidades de Barraquinha, Alecrim e Jardim da Curva, sem que elas fossem consultadas no plebiscito realizado em 26 de novembro de 1995.

Considerando que a Constituição do Estado do Paraná, em seu Art. 19, § 1º, Inciso II, diz que: "os seguintes requisitos serão observados na criação dos Municípios: consulta prévia, mediante plebiscito à população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada."

Considerando, também, que a população das localidades atingidas se manifesta, conforme prova o abaixo assinado em anexo contrariamente, a sua anexação ao Município de Ariranha do Ivaí e que gostaria de continuar pertencendo ao Município de Ivaiporã.

Considerando, ainda, da justiça da reivindicação do plano de lei que apresentamos, esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação do mesmo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 138/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Anibal Khury visa alterar a redação do Artigo 1º, da Lei nº 11.509/96, que criou o Município de Ariranha do Ivaí.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a ilegalidade, constitucionalidade e técnica legislativa e por tratar-se somente de correção de memorial descritivo da lei que criou o Município de Ariranha do Ivaí, vez que foram incluídas no território do município criado, as localidades de Barraquinha, Alecrim e Jardim da Curva, sem que fossem consultadas no plebiscito de 26.11.95, não encontramos nada que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Monteiro Lobato de Ademar de Barros, com sede e foro no Município de Terra Rica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 141/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Monteiro Lobato de Ademar de Barros, com sede e foro no Município de Terra Rica.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Monteiro Lobato de Ademar de Barros, tem por objetivo colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 141/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, o qual visa declarar de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Monteiro Lobato de Ademar de Barros de Terra Rica.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.04.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa, requerimento nº 920-A, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 918, de autoria dos Srs. Deputados Ricardo Chab e Edson Lino, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 922, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 923, de autoria dos Srs. Deputados Péricles Mello, Angelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha e Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 924, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 928, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 929, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 930 a 937, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 938, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 940, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria

Legislativa.

Requerimentos nºs 941 e 942, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 919, de autoria dos Srs. Deputados Ricardo Chab e Edson Silva Lino, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 888, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, se não me falha a memória, o Deputado Rosinha ontem requereu a V.Exa. que fosse retirado este requerimento da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Este requerimento que trata de cópia do contrato assinado entre o DECON e a Via Plan Engenharia Ltda. Procede, essa Presidência a retirada do referido requerimento.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, na data de ontem requeri a retirada porque no Diário Oficial foi publicado simplesmente uma súmula de tais contratos, requeri o contrato completo, o Secretário Augusto Cândido Neto já enviou o contrato de inteiro teor, então perdeu o valor, assim pedimos a retirada uma vez que já temos o contrato em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Retirado pelo autor.

Requerimento nº 887, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Esse sai é a mesma coisa, publicado somente um resumo da Resolução, em função de ter só publicado o resumo pedimos a cópia do inteiro teor, assim como agi em relação ao contrato da Secretaria de Obras Públicas, é a mesma razão.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Vossa Excelência pede para retirar o Requerimento?

O SR. DR. ROSINHA - Não, mantenho o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em discussão o Requerimento do Dr. Rosinha. **Em votação.**
Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Vai se proceder a Verificação de Votação.
(Pausa).

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se: quatro Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se: dezesseis Senhores Deputados rejeitam.

Não há quórum para votação, apenas para prosseguimento da Sessão.

Encerrada a discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Gostaria que V. Exa. convidasse os Senhores Deputados para participarem de uma reunião, agora, aqui que deverá se dar início lá no gabinete do Presidente, com o Dr. Fernando Fontana, que deverá discorrer sobre a grave crise que abate sobre o Berber(?).

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Antes de encerrarmos a presente Sessão, lembramos aos Senhores Deputados que também teremos Sessão Extraordinária no dia de amanhã, e também uma Sessão Solene que será realizada amanhã pelos 75 anos da fundação do PC do B, Partido Brasileiro.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 571/96, 046/97 e 148/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 468 e 478/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 528/96.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira dia 08, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 304, 528, 551, 092, 138 e 141/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 553, 569/96 e 123 e 156/97.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE FINANÇAS

13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Élio Rusch, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Duffio Genari, Albanor Gomes, Ademar Traiano, Milton Puppio e mais a presença do Senhor Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo. A seguir o Senhor Presidente abre os trabalhos, agradecendo a presença de todos os Senhores Deputados. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 114/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/97. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. 2) Projeto de Lei nº 115/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/97. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDAS DA C.C.J.. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
WILSON PENKA - Secretário